



Presidente do TJERJ inaugura Sala de Digitalização e Remessa de Recursos Especiais

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Luiz Zveiter, inaugurou, no dia 27 de julho, a Sala de Digitalização e Remessa de Recursos Especiais para o Superior Tribunal de Justiça. A cerimônia teve a presença do Presidente do STJ, Ministro Cesar Asfor Rocha, e diversas autoridades. A instalação da sala faz parte das ações do projeto "Justiça na Era Virtual", do STJ, ao qual agora o Tribunal de Justiça está integrado.

Institucional



Ação do Programa Justiça Itinerante atende município de São Gonçalo

Presidente do TJERJ recebe homenagem na Câmara Municipal de Niterói

Realizada primeira reunião por videoconferência entre os presidentes do STF e do TJERJ

A Escola de Administração Judiciária - ESAJ participa do Projeto Bibliotecas Solidárias

TJERJ investe em capacitação e aperfeiçoamento profissional

Jurídico



Seminário "O Regime Previdenciário do Magistrado"

Cultural

Literatura em Foco

Ministro Cesar Asfor Rocha publica "Cartas a um Jovem Juiz" e o Desembargador Siro Darlan lança "Crônicas do Juiz das Crianças: Direitos e Deveres"

O Advogado Leonardo Pietro Antonelli fala sobre lançamento de audiobook com conteúdo jurídico

Passaporte Digital

o colunista Zanoni Maia Jr. Revela as diversas utilidades da tecla Windows

Comes e Bebes

o colunista Ivan Lindenberg Júnior escreve sobre a evolução do vinho

Perfil

A Juíza Katia Cristina Nascentes Torres fala sobre sua trajetória na magistratura fluminense e sua atuação na AMAERJ



Presidente do TJERJ inaugura Sala de Digitalização e Remessa de Recursos Especiais



Foto: Luiz Vicent

O Presidente do STJ, Ministro Cesar Asfor Rocha, discursa na solenidade, sendo observado pelo Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter; pela 3ª Vice-Presidente, Desembargadora Valéria Garcia da Silva Maron; e pelo Diretor da EMERJ, Desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Luiz Zveiter, inaugurou, no dia 27 de julho, a Sala de Digitalização e Remessa de Recursos Especiais para o Superior Tribunal de Justiça. A cerimônia teve a presença do Presidente do STJ, Ministro Cesar Asfor Rocha, e dela também participaram, entre diversas autoridades, o Secretário de Estado, Chefe da Casa Civil, Senador Régis Fichtner; o Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Desembargador Paulo César Espírito Santo; a Procuradora-Geral do Estado, Lúcia Léa; e o Presidente da OAB-RJ, Wadih Damous.

A instalação da sala faz parte das ações do projeto “Justiça na Era Virtual”, do STJ, ao qual agora o Tribunal de Justiça está integrado. O trabalho de digitalização e remessa realizado nesta sala já está possibilitando que todos os recursos ao STJ, da 3ª Vice-Presidência do TJERJ, sejam enviados eletronicamente, de modo a substituir o método anterior de envio dos processos em

papel. O projeto prevê, ainda, diversas medidas para agilizar ao máximo a prestação jurisdicional.

Assim, o trâmite de um recurso especial, que, na forma de papel, levava de cinco a oito meses para ser remetido, da Segunda Instância do TJERJ ao STJ, e distribuído, agora se realiza em apenas sete dias. E, devido a esse empreendimento do Presidente Luiz Zveiter, esse tempo pode ainda ser diminuído, em breve, para 72 horas.

O Presidente do STJ, Ministro Cesar Asfor Rocha, em seu discurso, realçou que, “com a virtualização dos processos”, e o respectivo “fim do chamado processo em papel”, uma revolução silenciosa está sendo feita no Judiciário: “O propósito é o de, até o fim deste ano, eliminarmos o processo em papel, transformando o STJ no primeiro tribunal nacional do mundo a conseguir esse feito. O desejo de combater a morosidade e de dar mais transparência a nossa ambiência, certamente é alcançado com maior facilidade com a virtualização dos processos”, declarou.

O Ministro mencionou também que “o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, consagradamente, o Tribunal de maior organização que existe dentre todos os tribunais brasileiros, mercê da enorme capacidade de gestão e dedicação de seu atual Presidente, o Desembargador Luiz Zveiter, que tem dado demonstrações efetivas de que a Justiça é viável, não poderia deixar de ser o grande tribunal a participar desse projeto”, e enfatizou: “Sem dúvida nenhuma, o combate à morosidade é mais efetivo quando nos valemos das tecnologias. O tempo que o processo levava para sair de um Estado, ser levado à Brasília, ser distribuído e chegar a um ministro do STJ era de cinco a oito meses, dependendo do Estado. Com o novo sistema, esse tempo será reduzido para, aproximadamente, cinco minutos”.

Informou, ainda, que chegam cerca de 1.200 processos por dia ao Superior Tribunal de Justiça, dos quais 900 são provenientes dos Estados, e, destes, 100 são só do Rio de Janeiro.

De acordo com o Presidente do STJ: “O advogado, a partir de hoje, não precisará sair do Rio de Janeiro para Brasília, para o Superior Tribunal de Justiça, para ver o seu processo. Daqui, poderá acessá-lo e interagir com ele, e não só acessar todo o processo, tal como se estivesse a manuseá-lo fisicamente, mas, mais do que isso, ele poderá já peticionar. Por este projeto, a cada dia, teremos uma maior celeridade processual, uma melhor ambiência de trabalho, e melhor qualificação profissional dos servidores”.

Em seu pronunciamento, o Presidente do TJERJ destacou a relevância de tornar mais célere a Justiça: “A população que vem bater nas portas do Judiciário vem com uma angústia, uma necessidade imediata, e uma resposta demorada passa a ser uma injustiça”. Também agradeceu à

Desembargadora Valéria Maron por sua dedicação, como 3ª Vice-Presidente do TJERJ, para o êxito do projeto, e ainda pontuou: “O TJERJ é vanguardeiro no conceito dos tribunais no país inteiro, mas não por causa da minha administração, mas pela qualidade dos magistrados e servidores”.

O Desembargador Luiz Zveiter informou ainda que o projeto de digitalização está associado a uma ação social significativa. “Além dos funcionários do TJ, dez pais, que agrediram seus filhos e foram condenados pela Justiça, estão prestando serviços de ressocialização neste projeto, ajudando na digitalização dos recursos especiais para o STJ”, afirmou.

No encerramento da solenidade, o Ministro Cesar Asfor Rocha cumprimentou o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. “Quero parabenizar o Desembargador Luiz Zveiter por essa sua iniciativa, que revela a enorme capacidade de deixar o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro na frente de todos os Poderes Judiciários do Brasil, dando mostra de que, com capacidade, determinação, espírito público e democrático, é possível mostrarmos a todos que, em verdade, a justiça é viável”, finalizou o Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

“A população que vem bater nas portas do Judiciário vem com uma angústia, uma necessidade imediata, e uma resposta demorada passa a ser uma injustiça.”

*Presidente do TJERJ
Luiz Zveiter*



Foto: Luiz Vicent

O Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter, acompanhado do Ministro Cesar Asfor Rocha e da Desembargadora Valéria Garcia Maron, remete eletronicamente um recurso ao STJ



Sala de Digitalização



Poucos instantes após o envio, o Ministro Cesar Asfor Rocha confirma o recebimento do recurso no site do STJ

Entrevista concedida pelo Presidente do STJ, Ministro Cesar Asfor Rocha

Como essa medida acelerará os procedimentos judiciais? V. Exa. poderia exemplificar algumas das mudanças no âmbito prático?

Com a implantação do processo digital completo, a tramitação também correrá mais rapidamente. Várias pessoas poderão ver o processo ao mesmo tempo. Os ministros terão mais meios para julgar com mais celeridade, por outro lado, não haverá mais necessidade de pedir vista do processo, pois os advogados terão acesso livre e concomitante ao mesmo, a todo instante, todos os dias do ano, vale dizer, não será necessária a abertura de prazo independente para cada advogado, o que eliminará o prazo sucessivo para cada um deles se manifestar, independentemente de publicação no Diário da Justiça. Os advogados poderão interagir com o processo, fazer petição eletronicamente, de onde estiverem, do Rio de Janeiro, do Acre, do Japão. Isso importa em agilidade. São caminhos sem volta.

Há perspectiva de que os demais Estados utilizem recursos semelhantes?

A previsão é de que, no mínimo, 85% de todos os recursos que são levados ao STJ sejam transmitidos virtualmente este ano. Já temos 27 tribunais que fazem a remessa eletrônica. Só faltam os Tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul, de São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal, além do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o TRF-4, que abrange a Região Sul, o que será interligado no próximo dia 11 de setembro. Com isso, toda a Justiça Federal de segundo grau estará interligada. E há um programa de R\$150 milhões financiados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal para viabilizar a virtualização de toda a Justiça Federal. Os tribunais que não fizerem isso vão sofrer pressões dos advogados, da imprensa, da sociedade e dos próprios magistrados, que não querem ficar numa ambiência do tempo antigo, numa ambiência do papel.

Seminário “O Regime Previdenciário do Magistrado”

Realizou-se, no dia 14 de agosto, no Auditório Antonio Carlos Amorim, na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, seminário intitulado “O Regime Previdenciário do Magistrado: Dúvidas e Desafios”. A abertura do evento foi realizada pelo Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter.

Na introdução ao tema, o Presidente Luiz Zveiter mencionou sua inquietação quanto ao futuro previdenciário dos magistrados e dos servidores do Tribunal: “Criei uma comissão especializada para tratar do tema e vou levá-lo ao Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça. Estamos tentando fazer uma mobilização nacional”, informou o magistrado.

O seminário, focado nos aspectos do tema relacionados aos magistrados do TJERJ, teve como palestrante o Procurador da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, e Professor, Rodrigo Lopes. Segundo o procurador da ALERJ, as questões referentes aos direitos previdenciários dos magistrados não estão relacionadas à Lei 5.260/2008, mas à Constituição Federal e às alterações promovidas nesta.

O Procurador Rodrigo Lopes destacou que o sistema previdenciário estabeleceu a demarcação de castas, ao fazer distinções, relativas à idade mínima necessária para a aposentadoria, entre os que ingressaram no serviço público antes de 1998 e os que entraram entre 1998 e 2003, e entre aqueles e estes e os investidos em cargos públicos após 2003.

De acordo com o palestrante, há um agravante para os que ingressaram no serviço público após 2003, já que o cálculo do valor da aposentadoria é feito a partir



da correção do valor de contribuição, de que são considerados os 80% melhores valores, e, a partir dessa informação, é estabelecido um valor médio para a aposentadoria inicial. Assim, ainda segundo o Professor Rodrigo Lopes, aqueles que sofrerem invalidez permanente poderão ser prejudicados em virtude dessa forma de cálculo.

O palestrante lembrou, ainda, que a Constituição de 1988, e com as mudanças sucessivas das emendas previdenciárias, inseriu os magistrados no mesmo sistema dos servidores civis. Dessa forma, o emaranhado legal criou uma situação de aposentadoria voluntária, com tratamento diferenciado, aplicado ao que se pode chamar de castas ou raças, assim classificadas, conforme o palestrante:

A) A primeira relaciona-se aos que ingressaram até 16 de dezembro de 1998 no serviço público, e, não necessariamente, na carreira, que possuem garantias, e para os quais o sistema é bastante abrangente a ponto de reconhecer como detentor de cargo efetivo aquele que, tendo permanecido ininterruptamente no serviço público, está enquadrado nas regras específicas do art.

3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5.07.2005, que assegura aposentadoria com paridade aos da ativa, extensiva à hipotética pensão.

Em linhas gerais, o homem deve ter o total de 95 anos no somatório entre tempo de contribuição e idade para obter o benefício. Como exemplo, se ele tem 55 anos de idade, terá direito a se aposentar se tiver 40 anos de contribuição (55+40=95). Noutra projeção, se ele tiver 60 anos de idade, deverá computar 35 anos de contribuição. Quanto à mulher, esta deverá ter o total de 85 anos, observada a mesma metodologia.

Porém, existe um requisito temporal mínimo de contar 5 anos no cargo e, também, cumulativamente, 5 anos na carreira.

Para a magistratura, no entender do palestrante, isso vai gerar, em pouco tempo, problemas para alguns juízes e desembargadores que já estão no final da carreira, pois implicará uma eterna discussão se o magistrado poderá ser promovido ou não, em razão de desatender ao tempo mínimo no cargo.

B) A segunda se refere àqueles que ingressaram após 1998, até o dia 30 de dezembro de 2003, no serviço público, que são regidos pelo art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003, ou àqueles que ingressaram até 16 de dezembro de 1998 e, entretanto, optaram pelo segundo grupo que possui a diferença essencial no limite de idade. No caso específico da magistratura, nem tanto na paridade ou integralidade da aposentadoria.

C) A terceira e última abarca quem ingressou após 31 de dezembro de 2003 no serviço público ou optou por esta última casta. Corrigem-se os seus valores de contribuição para a previdência pelos índices oficiais de correção da previdência e, depois de corrigidos, escolhem-se os 80% melhores valores, isto é, descartam-se os 20% piores, obtendo-se a média do percentual considerado. O grande problema deste grupo é o rompimento da paridade, em decorrência de os reajustes serem atrelados aos índices oficiais previdenciários, na forma do art. 15, da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004. Logo, o cálculo inicial

necessariamente não vai significar um valor menor do que recebia quando na atividade, contudo, rompida está a paridade, que poderá acarretar a longo prazo uma defasagem.

Existe, ainda, mencionou o procurador, a opção prevista no art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003, para a aposentadoria voluntária àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo até 16 de dezembro de 1998, sem proventos integrais, e com preenchimento de uma série de exigências.

Por outro lado, ressaltou o Professor Rodrigo Lopes, quanto à aposentadoria por invalidez, é irrelevante o direito à aposentadoria dita integral, pois é regida pela Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, ou seja, naquela média dos 80%, punindo àquele que ficou inválido. Ademais, não existe Lei Complementar tanto na esfera federal como na estadual que regule o sistema de previdência complementar para os servidores públicos. Apenas a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que regula o sistema de previdência complementar para servidor público ou não.

O palestrante apontou que, no Estado do Rio de Janeiro, foi editada a Lei nº 3.189, de 22 de fevereiro de 1999, que criou o Fundo Único da Previdência Social e, posteriormente, a Lei nº 5.260, de 11 de junho de 2008, que criou o RIOPREVIDÊNCIA, mas nenhuma delas instituiu a previdência complementar.

Tramitam perante o Supremo Tribunal Federal duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADIs, de nºs 3.308 e 3.998, com parecer contrário do Procurador Geral da República, sem previsão de julgamento, arguindo a violação ao princípio da irredutibilidade dos vencimentos quando da alteração do art. 93, inciso VI, da Constituição Federal, que no, entender do palestrante, estão fadadas ao fracasso.

Finalizando, o procurador realçou que, nos termos da Carta Política e da legislação sobre a matéria, o Estado, em todos os seus níveis, é devedor solidário do sistema previdenciário, respondendo financeiramente no caso de desequilíbrio.



O Procurador da ALERJ, Rodrigo Lopes

Realizada primeira reunião por videoconferência entre os presidentes do STF e do TJERJ

Realizou-se, no dia 24 de agosto, a primeira reunião por videoconferência entre os presidentes do Supremo Tribunal Federal - STF, Ministro Gilmar Mendes, e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter, que teve também a participação dos presidentes dos Tribunais Regionais Federais da 1ª, 2ª, 4ª e 5ª Regiões.

No encontro virtual, de caráter experimental, o Ministro Gilmar Mendes discorreu acerca dos propósitos do uso dos recursos de videoconferência para o Judiciário nacional, entre estes, a de tornar desnecessários certos deslocamentos e encontros presenciais, e

também possibilitar reuniões de emergência. O presidente do STF definiu o experimento como bem-sucedido: "Este é um meio de comunicação efetivo entre todos os tribunais".

O evento realizou-se por intermédio da rede de comunicação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que, utilizando-se de tecnologia de fibra ótica, já mantém em contato as diversas instâncias da Justiça brasileira, em eficiente e célere comunicação.

Os recursos técnicos já disponíveis tornam possíveis até seis acessos ao mesmo tempo e serão usados pelas secretarias dos diversos tribunais. Análises futuras proporcionarão o desenvolvimento da ferramenta, que será utilizada mais amplamente.



Presidente do TJERJ recebe homenagem na Câmara Municipal de Niterói



O presidente do TJRJ, Desembargador Luiz Zveiter, recebe homenagem da Câmara Municipal de Niterói, representada pelo vereador Carlos Magaldi

Em sessão solene, realizada no dia 11 de agosto, na Câmara Municipal de Niterói, em comemoração aos 190 anos do Legislativo fluminense, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Luiz Zveiter, foi homenageado, ao receber uma medalha alusiva ao aniversário da Câmara Municipal da cidade.

O Desembargador Luiz Zveiter, cidadão niteroiense, expressou seu orgulho por ter nascido numa cidade que é vanguardista e também a primeira em qualidade de vida do Estado.

O evento foi aberto pela apresentação da Orquestra Jovem de Niterói, formada por membros do Projeto Aprendiz.

Na ocasião, foi apresentada a ata da primeira sessão plenária, realizada em 22 de agosto de 1819.

Literatura em Foco

Ministro Cesar Asfor Rocha publica “Cartas a um Jovem Juiz”

No dia 24 de agosto, no Palácio da Justiça do TJERJ, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça - STJ, Cesar Asfor Rocha, lançou seu livro "Cartas a um Jovem Juiz - Cada processo hospeda uma vida".

Na obra, o ministro, em linguagem acessível, reflete sobre os aspectos mais importantes da instituição judiciária, entre os quais o democrático, e realça a beleza e os ideais, sem esquecer das dificuldades e exigências, da carreira da magistratura: “Nós julgamos processos em que as pessoas têm envolvidas a vida e a honra. O livro procura despertar em cada jovem juiz que ele deve julgar com sentimentos, e não de uma forma fria como se pregava antigamente. Hoje, já não é mais assim, para que se possa oferecer uma Justiça que seja mais funcionante com a realidade da vida”.

O autor também disserta sobre tópicos práticos da função judicante, fala sobre as expectativas da sociedade quanto ao Judiciário e à figura do magistrado, da relação deste com o Ministério Público, os advogados, e a imprensa, etc.

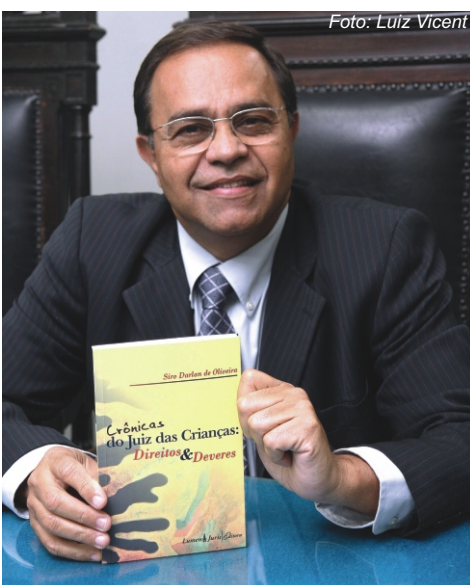
Publicado por selo da editora Campus-Elsevier, o livro integra a série "Cartas a um Jovem", que engloba autores de renome como Mario Vargas Llosa, Ivo Pitanguy, Adib Jatene, Marcelo Gleiser, Marília Pêra, entre outros, cada qual expoente em sua área de atuação profissional.

Quanto à escolha do Rio de Janeiro para o lançamento de seu livro, assim se expressou o ministro: “O Rio de Janeiro é uma grande caixa de ressonância para o país. É sede de uma Justiça extraordinária. O Poder Judiciário do Rio é muito bem preparado, composto de muitos bons magistrados”.



O Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter, com o Ministro Cesar Asfor Rocha

Desembargador Siro Darlan lança “Crônicas do Juiz das Crianças: Direitos e Deveres”



No dia 13 de agosto, no auditório da Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro - AMAERJ, o Desembargador Siro Darlan de Oliveira lançou e autografou o livro “Crônicas do Juiz das Crianças: Direitos e Deveres”.

“Esse livro é uma coletânea das crônicas que foram publicadas durante os últimos quatro anos, em vários jornais e revistas, e que dizem respeito a minha luta pela garantia da efetivação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes”, ressaltou o autor.

O magistrado foi, durante quatorze anos, Juiz da Infância e da Juventude.

“Aqui no Tribunal de Justiça, eu fiquei vinculado como conselheiro do Conselho da Criança e do Adolescente, de que fui presidente. E tenho tido a satisfação de colocar em debate essas questões através do espaço precioso que a imprensa me faculta”, declarou em sessão de autógrafos.

Ação do Programa Justiça Itinerante atende município de São Gonçalo

No dia 29 de julho, o Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter, e a Prefeita Maria Aparecida Panisset assinaram convênio de cooperação para implantação do programa Justiça Itinerante no município de São Gonçalo. Na ocasião, a Desembargadora Tereza Cristina Gaulia representou o Presidente Luiz Zveiter. “O programa, existente há sete anos, se divide em três fases: a primeira delas, plenamente implantada, leva os ônibus aos municípios que não são comarcas; a segunda fase atende comarcas em que há muitos demandantes e poucos juízes; e a terceira, comunidades muito distantes dos fóruns”, informou a magistrada.

Desde o dia 12 de agosto, ocasião em que se deu a solenidade inaugural, o público tem sido atendido pelo serviço, sempre às quartas-feiras, das 9 às 15h, na Praça Valfrido Rocha, na Avenida Albino Imparato, s/nº, no bairro de Jardim Catarina.

O Justiça Itinerante conta com quatro ônibus equipados com computadores que possibilitam o funcionamento de cartórios móveis que facilitam o acesso da população à Justiça e tornam, assim, mais ampla a prestação jurisdicional, ao diminuir a distância entre os jurisdicionados e os Tribunais, e até mesmo possibilitar que processos sejam finalizados no mesmo dia em que a parte procura atendimento. Tudo isso em parceria com a Defensoria Pública Geral do Estado e o Ministério Público, o que torna a prestação jurisdicional mais célere.



Foto: Luiz Vicent

A Desembargadora Tereza Cristina Gaulia e a Prefeita Maria Aparecida Panisset pouco antes da assinatura do convênio

A ação proporciona atendimento, uma vez por semana, aos municípios de Areal, Carapebus, Comendador Levy Gasparian, Macuco, Tanguá, Duque de Caxias, e em dois distritos de Campos dos Goytacazes: Tocos e Santo Eduardo.

O programa engloba as áreas de Direito de Família; Juizado da Infância, da Juventude e do Idoso; Juizados Especiais Cíveis; Juizados Especiais Criminais; e de Registro Civil de Pessoas Naturais.

A perspectiva é a de que cada vez mais municípios detentores de grande contingente populacional sejam futuramente atendidos pelo projeto.



Foto: Luiz Vicent

O Presidente da Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Projetos Especiais do TJERJ, Desembargador Mauricio Caldas Lopes, discursando na abertura do evento.



Foto: Luiz Vicent

Atendimento prestado à comunidade do Município de São Gonçalo pela Justiça Itinerante

Juíza Katia Cristina Nascentes Torres

Juíza Auxiliar da 3ª Vice-Presidência, a Dra. Katia Cristina Nascentes Torres integra o TJERJ desde 1996 e, em sua formação jurídica, fez parte de uma das primeiras turmas da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ. Sempre comprometida com as responsabilidades que abraça, a magistrada, atualmente, também exerce a direção do Departamento Social e de Comunicação da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro - AMAERJ, em que tem desempenhado inovadora administração.



Por que a senhora decidiu ser magistrada?

Na realidade, quando eu decidi cursar a faculdade de Direito foi porque considerava esta área como o melhor mercado de trabalho. Não havia nenhum advogado ou magistrado na minha família. Na faculdade Candido Mendes eu fui aluna do Desembargador Claudio Viana, fundador da Escola da Magistratura, que sempre me incentivou a fazer o concurso e, então, quando eu me formei decidi, por influência dele, cursar a EMERJ, que na época funcionava sob a sua direção. Eu integrei uma das primeiras turmas, quando as aulas ainda eram ministradas na UERJ e nas salas das Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça.

Como foi a sua trajetória na carreira?

Eu ingressei no Tribunal de Justiça em setembro de 1996, quando fui designada para ser regional do Norte Fluminense, onde fiquei durante um ano trabalhando nas Comarcas de Itaperuna, Campos e São João da Barra. Foi um período muito difícil, não só pela distância do Rio de Janeiro, onde eu morava com a minha família, mas também porque o trabalho era muito pesado.

Havia poucos juízes substitutos na região e eu geralmente tinha que acumular vários juízos. No ano de 1997, consegui remover-me para a Comarca de Saquarema, onde fiquei durante seis anos como titular da 1ª Vara Cível, até que fui promovida para a 30ª Vara Cível da Capital, em novembro de 2002, da qual atualmente estou afastada para o exercício da função de juíza auxiliar da 3ª Vice-Presidência.

Como está sendo a experiência na 3ª Vice-Presidência?

Está sendo maravilhosa. Foi a primeira vez que ocupei um cargo na Administração do Tribunal de Justiça. E a 3ª Vice é uma excelente experiência porque permite conciliar a função administrativa com a jurisdicional. Além disso, como auxiliar da 3ª Vice, o juiz se mantém sempre atualizado com o que vem sendo decidido pelos Tribunais Superiores, principalmente agora com a nova sistemática de admissibilidade dos recursos introduzida pelos institutos da Repercussão Geral e dos Recursos Repetitivos. Trabalhar com a Desembargadora Valéria Maron também é uma grande oportunidade. Apesar de próxima a sua aposentadoria, ela mantém

um grande espírito empreendedor e vem se esforçando para adaptar a rotina de serviços da 3ª Vice à nova sistemática legal.

Como a senhora administra o seu tempo, afinal também é Diretora do Departamento Social e de Comunicação da AMAERJ?

A minha vida, na realidade, é uma loucura. Eu estou sempre correndo de um lugar para outro e graças a Deus tenho a capacidade de desempenhar várias atividades ao mesmo tempo.

Fale-nos um pouco sobre as atividades da AMAERJ.

Na área social da AMAERJ, temos que organizar os eventos sociais que consistem nas festas dos aniversariantes comemoradas a cada trimestre, festas de confraternização de fim de ano, congressos e seminários. Uma grande realização da AMAERJ, no ano de 2008, foi a organização das Olimpíadas da Magistratura, evento esportivo da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, que escolheu o Rio de Janeiro para sediá-lo. Reunimos mais de 500 magistrados de todo o Brasil, que disputaram as modalidades esportivas na Escola Superior de Guerra, na Urca, e nos estádios do Maracanã e Maracanãzinho. Por fim, ainda realizamos uma grande festa de confraternização na belíssima Ilha Fiscal.

Já na área de comunicação, além de um informativo,

com notícias e artigos, veiculado mensalmente, nesta administração passamos a editar um boletim eletrônico, diário, com uma síntese das principais notícias do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Conselho Nacional de Justiça e Tribunal

Regional Eleitoral, que interessam aos magistrados. Decidimos também inovar em nossa Revista Fórum, que, até o último ano da sua veiculação, era exclusivamente jurídica. Isso porque, com a proliferação de revistas especializadas e a massificação de sites jurídicos, chegamos à conclusão de que ninguém aguentava ler mais tantos artigos jurídicos, e deveríamos estabelecer uma comunicação diversificada, buscando não só informar, mas também proporcionar uma leitura agradável. A partir desse conceito, as matérias jurídicas continuaram a fazer parte de nossas edições, porém, acom-

panhadas de assuntos relacionados à cultura, turismo, lazer, saúde, alimentação, tendências e tecnologia.

Outro grande projeto, desenvolvido no ano de 2008, foi a implantação de um SPA na sede de Vargem Grande, em parceria com a Mútua dos Magistrados. A idéia consistiu em levar para Vargem Grande toda a estrutura do SPA Mútua/Maria Bonita para dar continuidade ao tratamento de desintoxicação que já vinha sendo periodicamente realizado em Friburgo. Assim, uma vez por mês, os juizes podem - sem nenhum custo - cuidar da saúde, da mente, do corpo, inclusive através de diversas terapias corporais.

“A magistratura é, cada vez mais, talhada para vocacionados e o combustível da vocação é a oportunidade de se fazer justiça! A alma se limpa.”



DECLARAÇÃO

"Sem dúvida, a amiga Katia é uma Magistrada sempre comprometida com sua função jurisdicional, cujo conteúdo jurídico e a prática profissional servem de ensinamentos a todos aqueles que ingressam na tão sonhada carreira. Ao mesmo tempo, é presença constante na vida associativa e no âmbito familiar.

Para todos os que têm o prazer de sua convivência, fica a certeza de que caminhamos para alcançar um Judiciário mais preocupado com a realização da Justiça do que a mera aplicação das leis."

Juiz Rafael Estrela Nóbrega

Há alguma magistrada que tenha exercido influência em sua formação profissional ao longo da sua carreira?

Existem magistrados espetaculares em nosso Tribunal, que sempre serviram de norte para os juízes mais novos, pela sua técnica, postura e caráter. Todavia, há alguns que pela proximidade sempre acabam nos influenciando mais. Entre as magistradas, a Desembargadora Letícia Sardas, para mim, sempre foi uma referência feminina na magistratura fluminense, pela sua personalidade marcante, seu carisma, competência, raciocínio lógico e firmeza. E para minha sorte, coincidentemente, na minha primeira convocação para o Tribunal, como JDS, tive a oportunidade de integrar a 8ª Câmara Cível, que ela compunha. Foi uma grande experiência. O convívio com ela e com outros magistrados muito mais experientes do que eu e a troca de idéias contribuíram muito para o meu crescimento profissional.

O que faz em seus momentos de lazer?

Eu considero muito importante para um magistrado conseguir manter a sua vida social fora do ambiente de trabalho, e, por isso, eu saio muito com meus amigos e viajo sempre que possível. Vou frequentemente para Búzios, onde fico em contato com o mar, repondo as energias, e cuidando dos meus animais de estimação. Também gosto muito de fazer exercícios físicos e de cuidar da minha saúde em todos os momentos disponíveis.

Qual a qualidade que mais admira no ser humano?

O bom humor. Detesto conviver com pessoas amargas, que reclamam de tudo o tempo todo. Também detesto pessoas pessimistas com pensamentos negativos.

E qual a que mais despreza?

A inveja. Considero uma virtude a busca de crescimento profissional e (por que não?), pessoal, porém, quando isso se torna um comportamento obsessivo, eu acho muito ruim. A inveja transforma as pessoas em falsas e dissimuladas, com uma energia ruim.

Qual a maior dificuldade e maior felicidade no exercício da judicatura?

A maior dificuldade é conciliar a carga de trabalho com a vida pessoal. Muitas vezes, somos obrigados a sacrificar nossa vida pessoal, relacionamento, fins de semana e períodos de férias para cumprir com os nossos deveres profissionais. Felicidade? A magistratura é, cada vez mais, talhada para vocacionados e o combustível da vocação é a oportunidade de se fazer justiça! A alma se limpa.

DECLARAÇÃO



“Em todos seus relevantes encargos, a Dra. Kátia Torres tem revelado acurado espírito de responsabilidade e competência. No que concerne ao exercício do cargo de Juíza Titular, assim como nas demais tarefas que lhe têm sido cometidas, são notórios a dedicação e o zelo com que se tem comportado em seu elogiável desempenho.

Para tanto, se tem valido de notável proficiência acumulada inclusive pelo estudo dos problemas sujeitos a seu exame e deliberação. Tudo servido, aliás, bem é que se acentue, pela cultura e pelo saber jurídico, além do espírito de justiça e de equidade que tem demonstrado em suas brilhantes decisões.

Tais razões são invocadas, neste ensejo, como justificado elogio. E, certamente, começam por prever, sem sombra de dúvida, o futuro radioso e próspero que já se desenha na carreira da ilustre e ilibada magistrada, como figura digna de honrar e exaltar a própria Justiça do Rio de Janeiro.”

Desembargador Cláudio de Mello Tavares

A Escola de Administração Judiciária - ESAJ participa do Projeto Bibliotecas Solidárias

A Escola de Administração Judiciária - ESAJ, com o objetivo de ampliar ainda mais sua esfera de atuação pedagógica, além das salas de aulas, e desempenhar significativo papel sociocultural, estabeleceu parceria com o Corujão da Poesia, a única vigília semanal de poesia, literatura e música de toda a América Latina. Idealizado por João Luiz de Souza, assessor de cultura da Universidade Salgado de Oliveira (Univero), o evento se realiza sempre às terças-feiras, a partir de 00h às 6h da manhã, na Livraria Letras & Expressões, no Leblon, e, com o microfone aberto para todos que queiram se manifestar artisticamente, promove o encontro público entre poetas, músicos e escritores, consagrados e iniciantes, e o público apreciador das artes.

A principal finalidade do evento - que também ocorre, quinzenalmente, na Livraria diVersos, na Barra da Tijuca, e no Bar G3, em Niterói - tem sido a de arrecadar livros para a constituição de bibliotecas em pontos de extrema necessidade do estado do Rio de Janeiro, ou mesmo de outros estados. A campanha de doação teve início há um ano e já culminou na criação de 35 Bibliotecas Solidárias em orfanatos, abrigos, hospitais, fábricas, associações de moradores, ongs, delegacias, casas de custódia, etc. (veja a relação das bibliotecas existentes no seguinte endereço eletrônico: <http://corujaoda poesiaedamusica.blogspot.com>), com acervos de 350 a 2000 livros, dependendo do local.

Em seu intento de contribuir com o programa, e sensibilizada ante a realidade prisional, a Diretora da ESAJ, Renata Mansur Bacelar, frequentadora do evento, vê, em mobilizações como essa, possibilidades de transformação de um quadro crítico: "É sabido que o Estado tem o dever de punir e reprimir a criminalidade, mas também sabemos que as grades e os muros que

tranciam os infratores, na maioria das vezes, não cumprem sua função maior. A ociosidade acaba por deteriorar ainda mais os valores já distorcidos. Para sobreviver nessa escuridão, é preciso descortinar algum horizonte e alimentar-se da luz de possíveis expectativas, que o contato com literatura, por exemplo, pode proporcionar".

De acordo com a Diretora da ESAJ, a ação da Escola, nesse primeiro momento de sua contribuição com as Bibliotecas Solidárias, constitui-se de uma campanha arrecadadora de livros com o propósito de compor um acervo que possibilitará a criação de bibliotecas a serem instaladas em diversos presídios do Estado.

Com a sua participação, a ESAJ tem o propósito de empenhar esforços para estimular e tornar acessíveis os meios para que detentos possam se familiarizar com a prática da leitura, hábito que pode romper as mais variadas barreiras, ao inspirar novos ideais e sentimentos, e se transformar em experiência criativa e recuperadora: "A pena imposta ao infrator, além de natureza punitiva, deve ter um caráter retributivo, de forma a levar à reeducação, à ressocialização, e, principalmente, possibilitar ao detento que repense o passado e futuro, realinhando-se à sociedade para dela participar, sentindo-se produtivo", declara Renata.

Assim, a ESAJ exorta a todos os servidores do Tribunal de Justiça a colaborarem doando livros que não lhes sejam mais úteis, mas que, sem nenhuma dúvida, podem contribuir para a ressocialização de presidiários.

As doações já têm sido encaminhadas à ESAJ, à Av. Erasmo Braga, nº 115, sala 500, lâmina II, Centro, Rio de Janeiro.

Que nos motive o lema da campanha: "Sozinhos podemos ajudar. Juntos fazemos acontecer".



A Diretora da ESAJ, Renata Mansur Bacelar, idealizadora da campanha

O Advogado Leonardo Pietro Antonelli fala sobre lançamento de audiobook com conteúdo jurídico

O sucesso começa a partir de alguma pessoa que tenha sonhos e atitude, como vários exemplos que temos na história do Brasil, de pessoas que buscavam a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Carioca de 38 anos, o advogado Leonardo Pietro Antonelli é um profissional que não se limita a sonhar apenas com a sua carreira profissional. Para Antonelli, as pessoas precisam aprender a importância da cooperação, da solidariedade e do trabalho em equipe.

Com um currículo extenso, Antonelli é professor da Fundação Getúlio Vargas - FGV e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e, entre outras funções, diretor da Associação Brasileira de Direito Financeiro. O advogado foi, recentemente, nomeado como juiz-membro do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, para o mandato correspondente ao biênio 2009/2011. Além de todas as tarefas diárias, Antonelli dedica parte do seu tempo a coordenar projetos sociais, entre eles o audiobook "A Justiça fala para quem quer ouvir", lançado recentemente e destinado a estudantes de Direito com deficiência visual e distribuído gratuitamente para institutos, escolas e operadores do Direito.

O que o motivou, juntamente com seus colegas de escritório, a elaborar um audiobook de conteúdo jurídico destinado a estudantes com deficiência visual?

Estes estudantes de Direito enfrentam muitas dificuldades devido à escassez de material acessível. Por isso, para facilitar e enriquecer a formação acadêmica dos mesmos, o escritório criou o projeto para disponibilizar, em áudio, conteúdos relevantes relacionados ao Direito. O conteúdo do áudio é composto por artigos elaborados pelos advogados do escritório, publicados em jornais e revistas, além de entrevistas na CBN, TV Justiça e palestras na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ. Trata-se de material atualizado, veiculado em mídia impressa que, infelizmente, estava fora do alcance dos estudantes de Direito com deficiência visual.

O audiobook torna a Justiça acessível e mais democrática. Isso repercute na vida profissional dos estudantes beneficiados, proporcionando-lhes uma formação mais rica e densa, permitindo que, no futuro,



O Advogado Leonardo Pietro Antonelli

o universo jurídico se torne mais inclusivo, bem como conte com profissionais mais preparados. Dessa forma, a Justiça, além de se tornar mais rápida e eficiente, será exercida com cidadania.

O primeiro volume foi lançado recentemente. Esta iniciativa terá continuidade?

Sim, está prevista a segunda edição para 2010. Nesta, firmamos uma parceria com a Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro - AMAERJ, através de seu diretor cultural, Desembargador Cherubin Schwartz. Contaremos com a participação de magistrados como narradores e abordaremos temas relacionados ao acesso à Justiça, tais como: competência dos órgãos jurisdicionais de 1º e 2º grau, diferenciação das áreas do Direito por matéria e as questões submetidas ao Judiciário fluminense com mais frequência. Sonho um dia poder transformar o nosso *Curso de Direito Tributário Brasileiro*, volumes I, II, III - que está na sua terceira edição, de quase 3.000 páginas - num mega e completo audiobook.

Como o projeto foi recebido pelo público alvo?

Com bastante entusiasmo, tanto pelos alunos e profissionais que já atuam na área quanto pelas instituições de ensino e as instituições de apoio aos deficientes visuais. Na UERJ, já distribuimos exemplares, através do Professor e Desembargador do TJERJ Marcus Alcino. Ele leciona Direito para o estudante Charles de Souza, portador de deficiência visual. Acreditamos que o audiobook irá enriquecer estudos e pesquisas, agregando informações, ideias e valores.

Quais são as maiores dificuldades que o estudante de Direito deficiente visual enfrenta para se capacitar?

A carência de material acessível, a estrutura urbana deficiente e a adequação dos espaços físicos das instituições de ensino. Especificamente, quanto ao material didático, além de ser pífia a produção acadêmica voltada ao deficiente visual, o custo é inacessível. Se hoje um livro escrito custa entre cem e trezentos reais, imagine se ele for transformado em audiobook! Mas isto não impede que tenhamos deficientes visuais bem-sucedidos. O caso de Ricardo Tadeu Marques é emblemático: Marques perdeu a visão quando cursava o 3º ano de Direito. Não desistiu. Continuou a estudar e foi aprovado em 6º lugar no concurso público para o cargo de Promotor do Ministério Público do Trabalho. Em 1994, foi promovido a Procurador Regional do Trabalho. Concluiu seu doutorado e hoje integra a lista tríplice para desembargador do Tribunal Regional do Trabalho no Paraná.

Qual é a importância da disseminação do conhecimento para que o deficiente visual concorra em igualdade de condições?

O acesso à educação é um dos maiores problemas enfrentados pelos portadores de deficiência visual no país. Segundo os dados do último Censo, feito em 2000, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, dos cerca de 16,5 milhões de brasileiros com essa necessidade, menos de 12 milhões são alfabetizados. Nas universidades, o número é ainda mais alarmante: pouco mais de 6 mil jovens com algum tipo de deficiência frequentam o ensino superior, de

acordo com o Censo da Educação Superior, elaborado em 2005, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. Quem consegue chegar ao ensino superior, ainda precisa enfrentar um obstáculo para concluir o curso: a falta de material especializado gratuito. Para se superar problemas como estes, existem inúmeros benfeitores anônimos, como o vice-presidente de uma empresa da área de telefonia que durante 2 dias da semana, na sua hora de almoço, dedicava-se a ler matemática para um jovem de 25 anos, deficiente visual do Instituto Benjamin Constant, que se preparava para um concurso de técnico em raio X.

O que o senhor pensa a respeito da reserva de vagas para os deficientes, especialmente os visuais?

Acredito que essa reserva, atualmente, é necessária, mas também é uma espécie de afirmação de incapacidade, que existe devido à falta de recursos para capacitação, como material para estudo e pesquisa. Nas instituições de ensino, desde as séries iniciais até o nível superior, faltam espaços adequados e professores bem preparados. A partir do momento em que essas ações necessárias forem amplamente implementadas, a reserva não será mais necessária. O importante é encontrar uma

maneira justa de atender os deficientes visuais, sem assistencialismo, fornecendo o que lhes é de direito, para que eles sozinhos atinjam seus objetivos.

Como ocorreu o processo de implementação do audiobook?

Após o lançamento do projeto, iniciamos a distribuição gratuita para alunos do curso de Direito e advogados com deficiência visual, universidades, instituições de apoio aos deficientes visuais, governantes e magistrados do Rio de Janeiro, Ministros do STF e do STJ, advogados, entre outros. Tivemos instituições que nos procuraram para receber o material com a divulgação do nosso trabalho.

Quais as dificuldades encontradas?

Tivemos algumas. Uma delas foi a elaboração da capa do audiobook em Braille. A produção demorou para encontrar o papel ideal e profissionais capacitados

“Segundo os dados do último Censo, (...) dos cerca de 16,5 milhões de brasileiros com essa necessidade [portadores de deficiência visual], menos de 12 milhões são alfabetizados. Nas universidades, o número é ainda mais alarmante: pouco mais de 6 mil jovens com algum tipo de deficiência frequentam o ensino superior (...).”

para fazer esse tipo de trabalho. Outra dificuldade encontrada foi a falta de dados sobre o número de estudantes e profissionais com deficiência visual. Foi necessário insistirmos com algumas instituições para que concluíssem suas pesquisas e nos informassem o resultado, pois precisávamos de dados que pudessem ratificar a iniciativa do projeto.

Quais os fatores de sucesso da prática?

Quando criamos o projeto, pensamos em qual benefício o trabalho traria. Esse foi o fator de sucesso que idealizamos. Quantas pessoas poderão fazer uso desse livro. O êxito é o benefício que o áudio pode trazer para esses estudantes de Direito. O material também poderá ser utilizado como fonte de informações e estudo para aqueles que não são da área jurídica, mas se interessem por tais questões. Sem contar a acessibilidade de quem tem uma deficiência,

que terá a oportunidade de conhecer novos artigos e opiniões de profissionais respeitados no mercado de trabalho.

O projeto contou com parceiras?

O projeto teve apoio institucional da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro - Amaerj, do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDCA, do Instituto Benjamin Constant - IBC e da Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego - SMTE. Não poderia deixar de agradecer aos advogados do escritório, sem os quais este projeto não se realizaria. São eles: Alexandre França, Bernardo Oliveira, Renata Schmidt, Carolina Lopes e Priscila Sakalem. Como diria Obama: Yes, we can. Só depende de nós, só depende de vocês.

TJERJ investe em capacitação e aperfeiçoamento profissional

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, além do investimento em obras de reforma e construção de novos edifícios, vem procurando capacitar, cada vez mais, seus funcionários. Entre as diversas ações programadas, encontra-se a capacitação e aperfeiçoamento dos funcionários terceirizados subordinados à Divisão de Administração do Foro Central - DIFOR.

Desse modo, a DIFOR propôs à Diretoria Geral de Logística - DGLOG, que tem como Objetivo Estratégico, para o biênio 2009/2010, a implementação de melhorias no Complexo do Foro Central, a capacitação dos ascensoristas e das recepcionistas, visando à melhoria no atendimento ao público de modo significativo.

Sendo assim, a Divisão de Administração do Foro Central, juntamente com a empresa Nova Rio, promoveu curso de aperfeiçoamento para 64 recepcionistas do TJERJ, com o apoio da empresa O Boticário.

No dia 6 de julho, as recepcionistas do Foro Central assistiram à palestra sobre "Qualidade no atendimento ao público e postura adequada", realizada na Escola de Administração Judiciária-ESAJ, por uma representante da empresa Nova Rio, e com a participação de uma instrutora da empresa O Boticário, que realizou *workshop* de maquiagem e



A instrutora da empresa O Boticário faz demonstração das técnicas de maquiagem

sorteios de brindes. O evento teve como objetivo, além de aprimorar a qualidade dos serviços de atendimento ao público no Foro Central, contribuir para a elevação da autoestima dessas funcionárias.

PASSAPORTE DIGITAL

Zanoni Maia Jr.

Estação Windows:

De volta ao começo com uma tecla só



Você já se sentiu perdido no Windows? Soterrado em meio a uma avalanche de janelas? Inseguro, sem ter certeza de estar no lugar certo? Completamente vendido, sem saber nem mesmo aonde o mouse foi parar? Se você respondeu “sim” a pelo menos uma das perguntas anteriores, aí vai nossa singela dica: “Volte ao início.”

Calma, gente. Não estamos sugerindo que você reinicie o computador. Em verdade, estamos nos referindo ao **botão Iniciar** que é a porta de entrada do Windows, e que abre o famoso **Menu Iniciar**, através do qual podemos ter acesso a todos os recursos do computador.

O botão Iniciar – no nosso modo de entender – vai mais além, funcionando também como um referencial de orientação no Windows e podendo ser acessado a partir de qualquer programa, mesmo que você esteja soterrado de janelas ou que o mouse tenha sumido. Nossa idéia é simples: está perdido? Não se aborreça, volte para o botão Iniciar e comece de novo.

É fácil entender o porquê. Toda vez que é acionado, o botão Iniciar surge na tela juntamente com a barra de tarefas, que, como já discutimos na coluna anterior, nos permite visualizar os programas em execução no momento e ter total controle sobre suas janelas. Mas como acionar o botão Iniciar, se o mouse ou a barra de tarefas estiverem desaparecidos? Ou se o mouse tiver “travado”?




A solução é simples e sempre esteve ao alcance de nossos dedos: a tecla **Windows** ()! Esta tecla fica situada entre as teclas CTRL e ALT e existe há bastante tempo nos teclados dos computadores, embora a maioria de nós nunca tenha notado.



Figura 1 Localização da tecla Windows

Pressionar a tecla Windows () faz o mesmo efeito de um clique esquerdo sobre o botão Iniciar. Assim, mesmo que o mouse esteja desaparecido, é possível voltar ao começo com uma tecla só.

Além disso, a tecla Windows oferece atalhos para diversas atividades no computador. Por exemplo, a combinação  +E abre o gerenciador de arquivos Windows Explorer, aplicativo que facilita muito a organização de nossos arquivos e pastas.

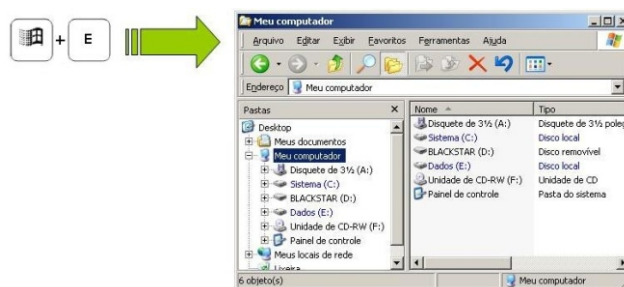







Figura 2 - Abrindo o Windows Explorer com +E

Já o atalho  +L bloqueia o computador, prevenindo que ele seja utilizado por outro usuário. É bom lembrar que o computador só poderá ser desbloqueado pelo próprio usuário que o bloqueou, através da digitação de sua senha, ou por um usuário com privilégios de Administrador.

Outra combinação,  +R, abre a janela **Executar** e permite executar programas diretamente, sem abrir o Menu Iniciar. Assim, para chamar a Calculadora do Windows de uma forma prática, basta pressionar  +R e depois digitar “CALC” seguido de ENTER.

Contudo, na minha opinião, a melhor de todas é a combinação  +D, que minimiza todas as janelas abertas de uma só vez. Se você quiser, também pode restaurá-las num único comando, pressionando novamente a combinação  +D.

Existem ainda outros atalhos da tecla Windows que valem a pena conhecer e usar, mas que não mencionaremos devido à nossa limitação de espaço.

Até nossa próxima viagem. *Saudações digitais.*

COMES E BEBES

Ivan Lindenberg Junior

Coluna dedicada aos amantes do vinho e da boa mesa

A evolução do vinho



Nesta coluna, falaremos indiretamente sobre um assunto que já foi tema de uma coluna anterior. O envelhecimento que também faz parte da evolução do vinho.

Quando enfoquei esse tema, no ano passado, ainda não tinha abordado alguns tópicos que permitissem o entendimento mais técnico da matéria.

Já mencionamos diversas vezes que o vinho tem uma vida. Ele nasce, cresce envelhece e morre. Essa vida pode ser abreviada ou alongada em função da conservação. Bem conservado, ele pode somar novas características e manter as outras por muito tempo.

Outro componente que influencia na evolução do vinho é o recipiente onde está guardado. Quanto menor, mais rápida será sua evolução.

A evolução dos vinhos, hoje em dia, ocorre normalmente, numa primeira fase, em tanques de aço inox, depois em barricas de madeira (amadurecimento, em que o oxigênio exerce o seu papel), e, finalmente, na garrafa (envelhecimento praticamente sem oxigênio).

Existe ainda o envelhecimento oxidativo, que só se processa bem para vinhos especiais, tais como: portos e sauternes. Os demais vinhos, quando chegam a esta fase, já estão decrépitos. Nem sempre um vinho passa por todas as fases de evolução.

A melhor forma de se identificar a evolução de um vinho é através dos aspectos organolépticos, que foram assuntos das últimas colunas.

No aspecto visual, a identificação está na cor. Como sempre, toda regra tem sua exceção, mas, de maneira geral, vinhos brancos, quando novos, têm a coloração em amarelo mais claro, brilhante, e, com o envelhecimento, o amarelo vai escurecendo, ficando quase laranja.

Os vinhos tintos, quando novos, têm uma cor vermelho rubi, ou violáceo intenso, e, com o envelhecimento, a cor vai se transformando em castanho.

No aspecto olfativo, temos a evolução dos aromas nos tipos de vinho:

- Vinhos brancos:

1 - Jovem: frutos frescos, flores brancas, hortelã, amêndoas, nozes e castanhas frescas;

2 - Amadurecido: frutos maduros, flores brancas secas, feno cortado, amêndoas, nozes e castanhas maduras;

3 - Maduro: frutos em compotas, feno seco, mel, cogumelos frescos, amêndoas, nozes e castanhas secas;

4 - Envelhecido: frutos secos, folhagens secas, mel, cogumelos curtidos, amêndoas, nozes e castanhas torradas;

- Vinhos tintos:

1 - Jovem: frutos frescos, flores vermelhas, hortelã, aroma vinoso;

2 - Amadurecido: frutos maduros, flores vermelhas secas, alcaçuz, baunilha, crosta de pão;

3 - Maduro: frutos secos, especiarias (canela, cravo, anis, noz moscada), baunilha, salame, madeira, folhagem de bosque;

4 - Velho: resina, bálsamos;

5 - Decrépito: esterco de galinha;

Além disso, poderemos ter também aromas indesejados. Os mais comuns são: madeirizado em excesso, avinagrado, evanescente (sem aroma), dentre outros.

O aspecto gustativo acompanha normalmente o olfativo, em que o frescor vai sendo substituído pelo amadurecimento e evoluindo para especiarias.

Como lembrete final, relembro apenas o que disse numa coluna anterior: nem todos os vinhos melhoram com a evolução, alguns são fabricados para consumo imediato.

Até a próxima e saúde!